

GT de Governança - PDUI RMSP

Data: 17 de Agosto de 2016

Ver Lista de Presença

Adilson Piveta (Emplasa) inicia a apresentação do instrumento tecnológico para contribuir no planejamento setorial integrado, planejamento regional e integrar as informações das esferas federal, estadual e municipal.

O sistema é barato, basta ter um "browser" e internet. O sistema tem amplitude estadual, uma quantidade de informações públicas já inseridas e georreferenciadas. É possível que incorporem informações de outras fontes, inclusive do GESP, geoespecializadas e em construção pela Emplasa. As imagens são relativamente atualizadas, 2010 e 2011. É possível traçar polígonos. Todos os usuários do sistema vão visualizar todos os dados inseridos pelos municípios. A VISÃO É REGIONAL E NÃO LOCAL. Isto traduz o discurso e as premissas de que o planejamento é metropolitano.

O risco de interferência é zero. Apenas os usuários cadastrados podem inserir informações. Pode-se atualizar por tabelas. Inserção de geometria é uma inovação importante. Há dados que o município não quer publicar, por exemplo, e isto é possível. A edição não é aberta para todos os níveis, mas o acesso é permitido.

Pode-se trazer dados com outros formatos KML; DMZ. O sistema é aberto a toda a população, mas sem *login*. Quando ocorre o *login*, aparece o logo. O sistema responde rapidamente, com bom desempenho.

Eduardo Nakamura (Emplasa) faz a demonstração no próprio sistema, abrindo camadas e mostrando na plataforma (WEB).

Chucré (EMPLASA) disse que devemos aproveitar o PDUI para padronização de nomenclaturas, pois cada município usa uma. Isto traz dificuldades na utilização da informação. Carolina (PMSP) diz que a padronização é uma proposição. Deveria haver um campo onde as legendas apareçam e fiquem claras as definições. Todos os municípios devem inserir os dados. Caso contrário, fica uma imagem distorcida e isso é uma questão de método. Chucré esclareceu que no caso do MCMV é a própria Caixa quem fornece as informações ou o Banco do Brasil. Portanto, já há alguns mecanismos de inserção que protegem essa questão. Carol diz que o desequilíbrio de informação é muito grande e isso pode levar a uma leitura equivocada. Chucré diz que podemos colocar para acesso público apenas as informações consolidadas, portanto devemos fazer um manual de procedimentos. Maria Ligia (EMPLASA) comentou que no caso do CIOESTE foi feito um acordo entre os municípios. Toda vez que um município vai inserir dados, há uma comunicação com os demais. Chucré acrescentou que deve-se respeitar os sistemas já existentes nas diversas secretarias e municípios. Esta é uma premissa e vale essencialmente, para aqueles municípios que têm sistemas mais avançados.

Eduardo segue com a apresentação. Desenha uma área de risco apenas para exemplificar. Chucre disse que fica claro a possibilidade de edição e que será feita uma ficha padrão para todos os municípios. Pede que Eduardo mostre a gestão, por exemplo, Grapohab.

Eduardo mostra os dados e a possibilidade de se extrair gráficos, tabelas, etc. Esse é o módulo de gestão. Extremamente útil para tomadas de decisão e informações imediatas, com emissão de relatórios.

Livia (Consórcio do Grande ABC) pergunta se as informações sobre saneamento estarão disponíveis. Chucre disse que estão verificando com a SABESP o nível de informação que vão disponibilizar. Eles têm um sistema de informações muito bom. Pergunta ainda sobre a personalização no caso do CIOESTE e se outras regiões também terão essa possibilidade. Não é o caso, responde Chucre, pois se pretende que esse sistema seja o sistema do PDUI e portanto, será padronizado para todos. A ideia é de que o MCidades pague o sistema e daí se disponibilize para todos. Seria um ganho para todo mundo.

Foi perguntado sobre a data das ortofotos. No caso é de 2010 e 2011 e será atualizada. Eduardo explica que existem várias camadas e que já é possível fazer alguns filtros. Pode-se a partir disso, baixar planilhas em excel. Exemplifica com número de viagens.

Pergunta-se se um cidadão comum pode inserir dados. A resposta é não; apenas o Poder Público pode fazê-lo. Mais à frente, isso pode ser possível, exemplo, foco de dengue, buracos na rua, acidentes de trânsito. Em Portugal, França, etc., existem as camadas do cidadão. Isso é uma evolução da ferramenta e ainda não chegamos aí. Adilson lembra que foi desenvolvido pela Emplasa a plataforma para a dengue. Essa ferramenta faz com que o Poder Público seja obrigado a responder muito rapidamente. No caso da dengue, a demanda ia para o município de forma imediata.

Carolina disse que é incremental o processo e é preciso se fazer uma reflexão com os outros produtos do PDUI. Na PMSP também há problemas a exemplo da dengue. Há um campo bem determinado. Esse é um processo de politização, fomenta-se a cidadania a respeito da política pública. Sugestão de que se insira as propostas de macrozoneamento para a primeira discussão pública, pois ajuda a esclarecer o que é macrozoneamento, plano diretor, etc. A comunicação sobre o macrozoneamento nessa plataforma seria muito interessante, ela ganharia a legitimidade e estimularia os municípios a utilizarem.

Chucre disse que já temos a informação de macrozoneamento, mas é necessário se discutir entre nós. O piloto com o CIOESTE foi muito bom e mostrou que não há restrição. O MCidades quer implantar para cinco regiões metropolitanas.

Nossa proposta era mostrar a esse grupo. Nossa ideia é integrar e as ferramentas, a um custo muito baixo por município para serem atualizadas. A ferramenta é muito simples de se utilizar.

Carolina comenta que é preciso formular questões. Quais são as questões de política urbana que se quer, que influenciam no processo? Chucre fala que na reunião expandida, se leva o macrozoneamento do PDUI.

Dirce (EMPLASA) perguntou qual a unidade dos limites: UIT, O&D, etc. Depende da camada. Esclareceu-se o que é a UIT (agregação por setor censitário). A menor unidade é o setor censitário. Os limites são os administrativos, também. Cada área pode ter o rol de

informações mais relevantes. O uso do solo urbano também está mapeado. Esses dados estão sendo reordenados. Está se fazendo compatibilização com o código CNAE. (quinae).

Carolina pergunta se é possível fazer o *download* dos dados. É possível, mas ainda não está desenvolvido. Importar dados para se fazer *shapes* é o que a PMSP deseja. A 1ª. necessidade é a possibilidade de se ter operacionalidade desses mapas. Maria Ligia disse que se deve fazer o contrário. Trazer os dados e trabalhar neles. É possível se fazer *slides* a partir dele? As ferramentas podem ser customizadas para cada usuário, perguntou Ângela (CDHU)? Sim, disse Chucre. Deu o exemplo de relatórios existentes na CDHU das terceirizadas. Um enorme maço de papéis. Com esse sistema a informação é direta. Ângela pensa que a customização é importante e o *download* pode não ser tão importante. Carolina disse que sim, precisa gerar respostas para cada pergunta. A flexibilidade é total.

Guilherme (PMSP) disse que os dados que estão chegando à plataforma são aqueles de interesse regional. Não, não é isto, diz Chucre. Pensa-se que essa ferramenta seja um ganho duplo. Se todos os dados estão na mesma plataforma, todos têm acesso ao dado. Deve-se utilizar essa plataforma como a plataforma do município. O ganho é justamente esse, não tirar o dado e trabalhar em plataforma separada. Carolina disse que os planos regionais têm um conjunto de perguntas. Seria interessante que todos os municípios tivessem os mesmos indicadores para se ter outro olhar sobre esses dados. Hoje, precisamos exportar os dados e fazer coisas separadas. Ângela diz que isto esvaziaria o que se tem de bom no sistema. E se fosse um cidadão?

Chucre acha que devemos fazer uma exposição a mais pessoas, expandida. Devemos chamar os setores de informação dos municípios. Exportar dados faz com que haja maior adesão por parte dos municípios, diz Carolina. Isto tem que ser mais discutido, diz Chucre e daí fazermos a reunião ampliada.

Na próxima quarta, faremos uma apresentação na Casa Civil do GESP.

Marcamos a próxima reunião para a próxima quarta-feira, à tarde, em substituição à Comissão Técnica, com todos os grupos e chamando as áreas de TI dos municípios no 24 de agosto p.f.